



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

Salário e profissão docente no Brasil: por uma efetiva política pública de valorização docente

Mestrando Daniel de Freitas Nunes

Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF. Email: danielnunes@uft.edu.br

Doutora Etiene Fabbrin Pires

Programa de Pós-Graduação de Ecologia de Ecótonos, *Campus* de Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO. E-mail: etienefabbrin@uft.edu.br

RESUMO

ARTICLE HISTORY

Received: 02/04/2014

Accepted: 01/11/2014

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas públicas

Profissão docente

Valorização docente

O presente artigo propõe discutir a questão da valorização salarial da profissão docente no Brasil a partir da defesa de uma política pública de valorização da categoria que vá além do estabelecimento do piso nacional dos profissionais do magistério da educação básica. Para tal, parte-se de uma breve revisão de diferentes trabalhos na área da formação de trabalho docente no Brasil além de estudos comparativos internacionais que convergem no assunto salário enquanto fator associado ao prestígio social da profissão e a qualidade dos sistemas públicos de ensino. Posteriormente, apresenta-se uma sinopse quantitativa a partir de diferentes fontes sobre a situação salarial do professor no Brasil e o consequente prestígio social da profissão, discutindo a questão da valorização salarial a partir da necessidade de uma efetiva política pública de valorização salarial da classe docente face ao protagonismo do Estado brasileiro na contratação da mão de obra docente. Conclui-se que a situação de baixos salários, a baixa atratividade e o baixo prestígio social da profissão e o consequente baixo desempenho do sistema público de ensino nacional comprometem a capacidade do Estado brasileiro em competir no mercado global do

conhecimento, ao passo que uma efetiva política pública de valorização salarial pode sinalizar a emancipação social da classe.

KEY-WORDS:
Public policy
Teaching profession
Teacher valuation

ABSTRACT: SALARY AND TEACHING PROFESSION IN BRAZIL: FOR AN EFFECTIVE PUBLIC POLICY OF TEACHER VALUATION. The present paper propose discusses the question of the teacher salary enhancement in Brazil from the defense of a policy of valuing category that goes beyond the establishment of the national floor of professional teachers of basic education. For this, we start of a brief review of different papers about work and teacher formation in Brazil and international comparative studies that converge in the matter salary as a factor associated with the social prestige of the profession and the quality of public school systems. Subsequently, we present a quantitative synopsis from different sources on the teacher salary situation in Brazil and the consequent social prestige of the profession, discussing the issue of wage recovery from the need for effective public policy of wage enhancement of the teaching workforce face the role of the Brazilian state in the hiring of teaching work. It is concluded that the situation of low wages, low attractiveness and low social prestige of the profession and the consequent low performance of public national education system to compromise the ability of the Brazilian state to compete in the global knowledge market, while an effective public policy wage recovery may signal the social emancipation of the class.

RESÚMEN:
Políticas públicas
Profesión docente
Valoración docente

RESÚMEN. Salario y profesión docente en brasil: por una política pública de valoración docente. Este artículo tiene como objetivo discutir la cuestión de la mejora salarial de la profesión docente en Brasil a partir de la defensa de una política pública de la valoración de categoría que va más allá de la creación de el parámetro salarial nacional de profesionales de la enseñanza de la educación básica. Partimos de una breve revisión de diferentes investigaciones en el ámbito de la formación del trabajo docente en Brasil, así como los estudios comparativos internacionales que confluyen en el salario como un factor asociado con el prestigio social de la profesión y la calidad de los sistemas de escuelas públicas. Posteriormente, se presenta un resumen cuantitativo de diferentes fuentes sobre la situación salarial docente en Brasil y el prestigio social que se deriva de la profesión, discutiendo el tema de la recuperación salarial y de la necesidad de una política pública efectiva de mejora salarial docente en vista del papel del Estado brasileño en la contratación del trabajo docente. Se concluye que la situación de los bajos

salarios, el bajo atractivo y el bajo prestigio social de la profesión y como consecuencia el bajo rendimiento de un sistema nacional de educación pública, pone en peligro la capacidad del Estado brasileño para competir en el mercado global del conocimiento, mientras que una política pública eficaz de recuperación salarial puede ser señal de la emancipación social de la clase.

Introdução

A discussão acadêmica em torno da profissão docente no Brasil na última década tem sido fervorosa e empreendida a partir de diferentes perspectivas. Como postula Nóvoa (2009), tem-se no início do século XXI um retorno do professor ao centro das preocupações educativas. É nesse contexto de discussões em torno da educação que a formação de professores ganha centralidade pelo seu papel estratégico no que diz respeito a elevação qualitativa da educação e da escola básica (CASTRO & LAUANDE, 2007). E nesse espaço de discussão fica clara como lembra Souza (2013, p. 27), que “o trabalho docente tem forte relação com o desenvolvimento científico e cultural, tendo em vista os seus objetos de atuação e interação e, em especial, sua função social”.

No campo de investigação da formação e do trabalho docente os destacados trabalhos de Lapo & Bueno (2003), UNESCO (2004), Gatti & Barreto (2009), Gatti et al (2009), Tartuce et al (2010), Gatti et al (2011), Souza & Gouvêia (2011), Fernandes et al (2012) e Souza (2013) tem se debruçado sobre a matéria a partir da problemática do “ser” e do “estar” professor no Brasil partindo da conjugação de questões como perspectiva de carreira, trabalho e remuneração docente.

Em uma perspectiva comparada, recentes estudos como os de Fanfani (2006), McKinley & Company (2007), Dolton & Marcenaro-Gutierrez (2011) Mizala e Nhôpo (2011), Dolton et al (2013) tem-se dedicado ao assunto salário enquanto fator preponderantemente associado ao bom desempenho dos sistemas de ensino e do reconhecimento social do professor.

Em que pese essas amplas e heterogêneas fontes de discussão e os interesses imbricados por trás de cada postulado, as conclusões são significativamente correlatas, quer seja no âmbito dos estudos nacionais ou em estudos comparativos, em dois pontos nevrálgicos: salário e prestígio social da profissão docente.

Mutuamente contribuintes e cronologicamente alternados, esses trabalhos tem evidenciado que ser professor – no caso dos estudos exclusivamente sobre o Brasil – tem sido um processo mais acidental que opcional. Para Lapo & Bueno (2003), ser professor, muitas vezes, aparece como possibilidade real ante à outras carreiras preteridas em outras áreas do conhecimento, mas que por ação de questões socioeconômicas estão mais distantes da realidade social do pretenso professor.

Na busca de uma explicação sobre a realidade da profissão docente no Brasil, um detalhado estudo organizado por pesquisadores brasileiros e patrocinado pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO, 2004), postula que no que se refere à precarização da profissão docente, tem-se

no Brasil uma série de fatores que competem entre si, e que vão desde questões identitárias e salariais, à condições de trabalho.

Já para Defourny (2009) a grande maioria dos países – dentre os quais o Brasil – não logrou atingir padrões mínimos para alçar a profissão docente à altura da responsabilidade que a enseja. Ainda segundo o autor, com relação ao Brasil, a situação é crítica, e envolve omissões históricas.

No mesmo sentido, Gatti & Barreto (2009) apontam para uma série de questões que se somam enquanto desafios a formação de professores no Brasil, de modo que a combinação de fatores como a recente expansão da rede pública e privada de ensino, improvisações das mais diversas, questões de carreira e perspectivas profissionais colocam a formação e a profissão docente enquanto complexo campo de estudo.

Nesse mesmo viés, um robusto levantamento sobre a atratividade da carreira docente no Brasil, realizado pela Fundação Vitor Civita e coordenado por Gatti et al (2009), postula que é importante considerar no âmago das discussões sobre a atratividade da carreira docente no Brasil, as contradições que se evidenciam no que diz respeito à condição de “estar professor” (grifo no original), uma vez que essa condição é mediada por satisfações e frustrações, entre escolha e necessidade. No mesmo caminho, Tartuce et al (2010) postulam que:

Aparentemente, o que se observa é que a atividade docente apresenta alguma possibilidade de oferta de trabalho a partir de um curso de formação considerado acessível, o que faz com que alguns alunos ingressem em cursos superiores de Pedagogia ou licenciatura sem real interesse em atuar como professor (TARTUCE et al, 2010, p. 451).

Ainda segundo Tartuce et al (2010), que trabalharam com uma amostra de 1.501 estudantes de Ensino Médio de escolas públicas e particulares das cinco grandes regiões que compõem o território geográfico brasileiro, apenas 2% (31 estudantes) declaram abertamente que queriam ser professor, evidenciando que a profissão está longe de compor o imaginário da juventude que aspira a qualificação profissional. Vale registrar, que estes alunos apontaram como principal fator de desilusão com a profissão os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.

Como postulam Gatti et al (2011), embora seja reconhecido a importância da classe docente para a oferta de uma educação de qualidade, “a formação inicial e continuada, os planos de carreira, as condições de trabalho e a valorização desses profissionais, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil”. Ainda segundo a autora, o que se observa é que as condições de trabalho, as perspectivas de carreira e os salários não são atraentes nem tampouco oferecem algum reconhecimento real.

Souza & Gouvêia (2011) atentam para o fato de que embora o trabalho docente tenham passado por mudanças no contexto das reformas educacionais empreendidas nos últimos 15 anos, e essas mudanças muitas vezes gerarem expectativas no que diz respeito à valorização do profissional docente, o que se

observa é que estas expectativas não se confirmam nas diferentes interpretações da literatura especializada.

Corroborando essa afirmação, Fernandes et al (2012) concluem, ao pesquisar o salário médio dos profissionais da educação básica no interstício 1997-2007, que quando se usa o salário mínimo como parâmetro, o que se pode concluir é que houve uma perda acentuada do poder de compra dos salários dos professores.

Diante desse contexto nada animador e que nos desenha um cenário de esvaziamento, precarização e baixo prestígio social da profissão docente, perguntamos: é tão ruim assim ser professor no Brasil em termos de salário? O salário realmente denota o prestígio social da profissão? Quais fatores podem estar associados à um aparente desinteresse geral pela profissão?

Levando em consideração que tais questionamentos podem suscitar diferentes e concorrentes respostas, nos deteremos a dissertar sobre as condições salariais de exercício da profissão docente no Brasil e seu peso e influência no reconhecimento social da profissão. Para tal, tomaremos o salário como principal indicador do prestígio social e da atratividade da carreira, no entendimento que o fator remuneratório exerce pesada influencia neste contexto.

Nesse sentido, levando em consideração que o Estado brasileiro, em suas esferas municipais, estaduais ou federais é o maior empregador do professor da educação básica¹ (ALVES & PINTO, 2009), trataremos a questão da valorização remuneratória do professor no âmbito da necessidade de uma efetiva política pública de valorização.

Para tal, partiremos de uma revisão de trabalhos que convergem com a discussão em tela e uma breve exposição quantitativa sobre as condições salariais da profissão docente a partir de diferentes fontes para nos determos argumentativamente no advogo de uma política pública efetiva de valorização salarial da categoria docente.

A Situação Salarial do Professor Brasileiro: Alguns Números

Oficialmente tem-se propagado, após a aprovação da lei 11.738 de 16 de julho de 2008, que a situação salarial do professorado brasileiro tem melhorado, uma vez que se estabeleceu, desde então, um piso nacional para categoria que é corrigido anualmente. Em que pese o mérito da lei, uma vez que antes deste marco regulatório alguns Estados da federação pagavam abaixo do valor estipulado e recorreram² judicialmente quanto à validade desta mesma lei, o fato é que quando se verifica os dados disponíveis, o que se observa é um abismo salarial entre a categoria docente e outras profissões de mesmo nível de escolarização.

De acordo com detalhado estudo da FGV (NERI, 2010) sobre os salários médios pagos por tipo de profissão desempenhada, os professores ocupam a 37^a

¹ Ainda segundo o trabalho de Alves & Pinto (2011), que tem como referência os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2009, 82,4% dos mais de 1,97 milhão de professores brasileiros trabalham em escolas públicas.

² Segundo consta em nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) número 4167, protocolada no Supremo tribunal Federal (STF) em outubro de 2008, os governos dos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará entraram com ação questionando a validade da lei 11.738 sob alegação de inconstitucionalidade da mesma.

posição (para professores do Ensino Médio) e 46^a (para os professores do Ensino Fundamental) entre as profissões mais bem pagas no estrato da população de 22 a 29 anos. Quando os salários são analisados considerando-se todas as faixas etárias a profissão cai vertiginosamente, ocupando respectivamente a 55^a e 79^a posição. Chama atenção ainda, o estatismo do salário do professor, como demonstra a figura 1.

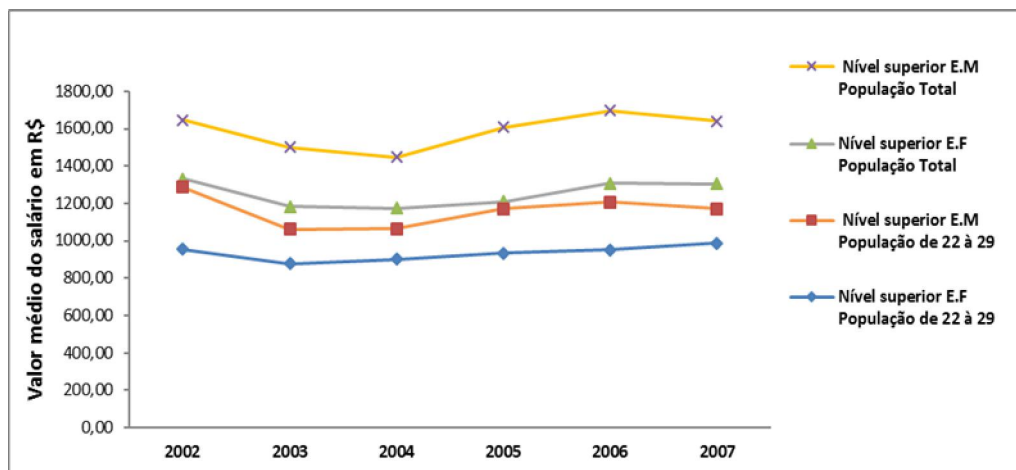


Figura 1: Valor médio do salário pago aos professores com nível superior que atuam no Ensino Fundamental (E.F) e Ensino Médio (E.M) entre a população total e a população de 22 a 29 anos no período de 2002 à 2007.

Fonte: dados do Ranking dos salários, FGV (2010)

Há ainda de ressaltar que profissões como Médico e Engenheiro, que possuem o mesmo nível de escolaridade de um professor com formação de nível superior, ocupam o topo do ranking. Nesse mesmo sentido, Moriconi (2008) indica que os salários dos professores com nível superior, se comparados aos salários de outras ocupações que também exigem esse grau de instrução não oferecem nenhuma concorrência atrativa, indicando que essa discrepância pode significar um esvaziamento da profissão.

Levando a discussão para um contexto internacional (América Latina), o Brasil ainda continua em situação desconfortável quando o assunto é salário de professores. De acordo com dados de estudo de Mizala & Ñhopo (2011), o Brasil é o país que oferece um dos menores salários para os professores frente à outras profissões técnicas e de mesmo nível (escolaridade). Para se ter uma ideia da discrepância, na comparação com 9 países, o Brasil fica atrás apenas da Nicarágua, como demonstra a figura 2.

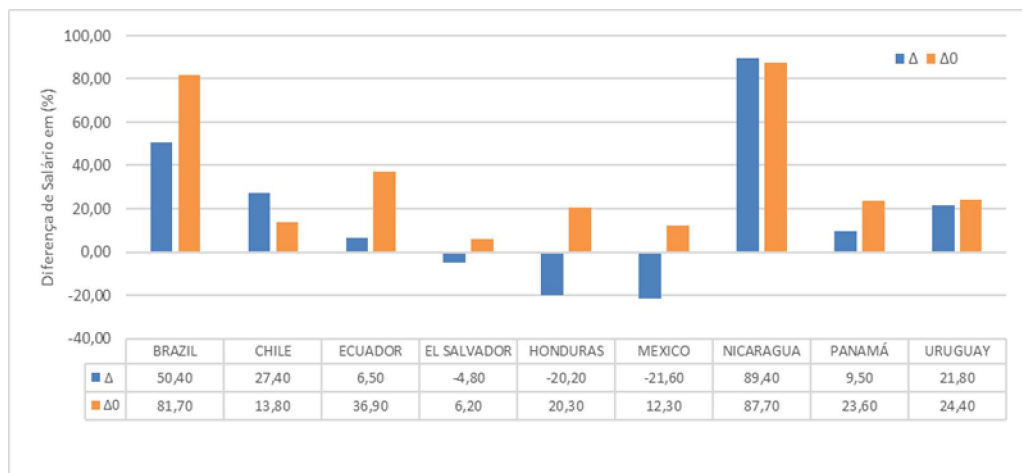


Figura 2: Diferença salariais (para menos) entre professores e profissionais de mesmo nível e técnicos em 9 países da América Latina³.

Fonte: Adaptado de Mizala & Ñhopo (2011).

Como postulam os autores, os dados da pesquisa evidenciaram, no âmbito de América Latina – e o Brasil está longe de fugir à esta regra – que embora os professores tenham um maior nível educacional que outros profissionais e técnicos, a alta escolaridade galgada por esses profissionais não é devidamente recompensada pelos mercados de trabalho quando o assunto é salário. Há ainda de ressaltar enquanto agravante, o fato de que em países com uma economia muito mais modesta que a do Brasil, as diferenças são bem menos acentuadas.

Continuando com a discussão a partir de uma perspectiva comparativa, o que se constata é que, como aponta o estudo comparativo “internacional Teacher Social Index” coordenado do Dolton et al (2013) que avaliou qualitativa e quantitativamente o status social dos professores em 21 países mundo afora – dentre os quais o Brasil – a importância social atribuída à determinada profissão está intrinsecamente ligada ao quanto se ganha. Ainda de acordo com o estudo, que avaliou perceptivamente a importância desse fator no caso da profissão docente, para muitos, o status social é diretamente dependente do quanto se ganha, seja em termos absolutos ou relativos.

Embora este estudo não aponte correlação específica entre status social e desempenho estudantil⁴, é importante por mostrar, no que diz respeito aos países pesquisados, diferentes e significativas variações, como demonstram a tabela 1 e a figura 3.

³ Para fins de esclarecimento, Δ representa o ranking geral, e Δ0 representa o ranking controlado, que compara os professores com os não professores de mesma características.

⁴Os autores do estudo usaram com parâmetro de desempenho estudantil a média alcançada por cada país pesquisado no internacional Programme for International Student Assessment (PISA).

PAÍS	POSIÇÃO NO RANKING	SALÁRIO MÉDIO (EM US\$) ⁵	RANKING DO PISA ⁶
China	100	17,730	3
Grécia	73.7	23,341	17
Turquia	68.0	25,378	19
Koréia Do Sul	62.0	43,874	4
Nova Zelândia	54.0	28,438	6
Egito	49.3	10,604	NÃO AVALIADO
Singapura	46.3	45,755	1
Holanda	40.3	37,218	7
Estados Unidos	38.4	44,917	12
Reino Unido	36.7	33,377	10
França	32.3	28,828	11
Espanha	30.7	29,475	16
Finlândia	28.9	28,780	2
Portugal	26.0	23,614	14
Suíça	21.6	39,236	8
Alemanha	21.6	42,254	9
Japão	16.2	43,775	5
Italia	13.0	28,603	15
República Checa	12.1	19,953	13
Brasil	2.4	18,550	20
Israel	2	32,447	18

Tabela 1: Índice do prestígio social, salário médio dos professores e desempenho no PISA de 21 países desenvolvidos e em desenvolvimento dos continentes europeu, asiático, africano e Americano.

Fonte: adaptado de Dolton et al (2013).

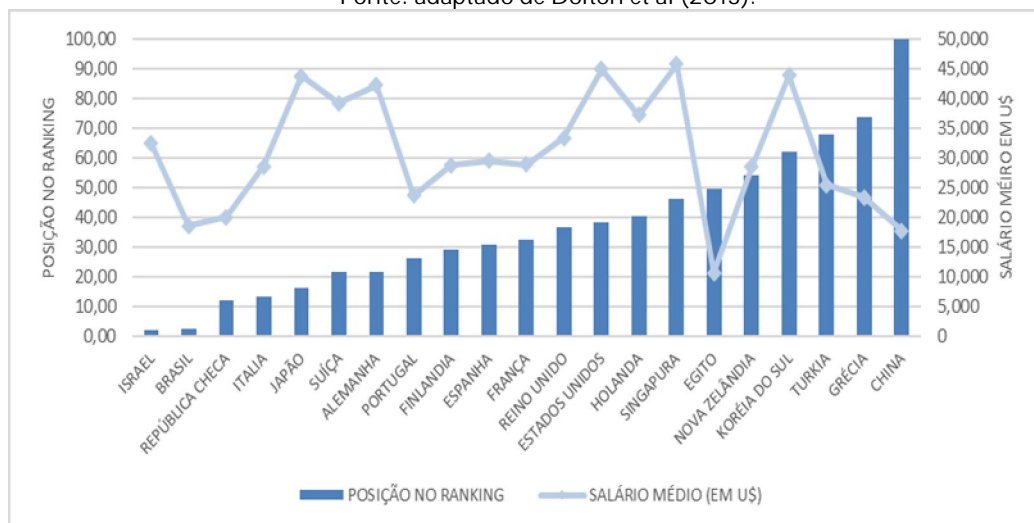


Figura 3: Ranking do prestígio social do professor e valor pago por hora trabalhada em US\$ (Valor estimado pela Paridade do Poder de Compra (Purchasing Power Parity – PPP).

⁵Valor estimado pela Paridade do Poder de Compra (Purchasing Power Parity – PPP) por hora trabalhada.

⁶1=maior pontuação no PISA, 20=menor pontuação no PISA.

Ainda é importante frisar que no âmbito dos 21 países pesquisados, caracterizados pelos pesquisados como países desenvolvidos e emergentes, que o Brasil é o terceiro pior pagador, ficando atrás apenas de China e Egito⁷. Como postulam os autores, essa variação de país à país serve para exemplificar diferentes percepções culturais a respeito da importância da profissão.

O que se pretende discutir com esta breve explanação quantitativa é que o Brasil, em todos os cenários, seja no contexto da América Latina, seja no contexto dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, é um dos piores países para exercer a profissão de professor, se levarmos em consideração o fator salário e consequentemente o prestígio social da profissão.

Ademais, pretende-se também ensinar a partir desses dados uma discussão que aponte para a necessidade uma política pública efetiva de valorização salarial e social da profissão, já que em uma perspectiva cultural, como demonstra o estudo de Dolton et al (2013), o brasileiro comum está longe de ser o maior reconhecedor do importante papel social do professor.

Por uma Política Efetiva de Valorização Docente: Por que e para quem

Certamente não seria prudente nem mesmo possível, discutir conceitualmente e materialmente a natureza e a finalidade das políticas públicas nas poucas páginas de um artigo. Deste modo, visando conduzir satisfatoriamente a discussão, partimos de concepções mais ou menos elaboradas e coadunantes com a nossa aceção do que venha a ser e para que venha a ser uma política pública.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser considerado no âmbito da discussão, como postula Azevedo (2004), é que o conceito de política pública remete à materialidade da intervenção do Estado, e nesse sentido, a conjugação do conceito implica em considerar, dentre outras questões, as instâncias do poder que operam na sua definição.

Adjacientemente, é importante postular, tal qual Weber (2004), que em termos sociológicos o Estado em sua aceção moderna de nada se distingue de uma empresa, e como tal, partilham da mesma organização fabril. Dessa maneira, enquanto corpo administrativo fabrilmente organizado, o "tipo ideal" de Estado deriva da organização burocrática e hierárquica onde a especialização, qualificação formal e "salário adequado ao nível social" (grifo no original) são princípios fundantes.

Partindo dessa concepção ideal de Estado, é importante lembrar, tal qual Boneti (2006) que enquanto síntese do interesse e da intervenção do Estado,

Toda política pública é originada de uma ideia e esta de um princípio de uma pressuposição ou de uma vontade. Nesse

⁷Há ainda de se ponderar, levando em consideração o índice Big Mac 2013 da revista britânica The Economist (THE ECONOMIST, 2013), que desde 1986 usa o preço do famoso sanduíche norte americano para mensurar a flutuação cambial internacional em relação ao dólar, que China e Egito são países, de acordo com o índice, que possuem uma das moedas mais desvalorizadas do planeta se comparadas ao dólar norte americano, ao passo que o Brasil possui uma das mais valorizadas, de modo numa perspectiva mais realista e empírica, o Brasil não necessariamente é um melhor pagador que esses dois países.

sentido, a palavra princípio não carrega consigo apenas o significado literal do termo, mas algo mais, o contexto dos fatores determinantes que dão origem a uma ideia de política pública, como o caso da conjugação de interesses, as inserções ideológicas, as concepções científicas, as correlações de forças sociais etc (BONETI, 2006, p.09).

Embora partamos de um “tipo ideal” de Estado burocraticamente organizado, faz-se necessário problematizar que diferentemente das democracias ocidentais, o Estado brasileiro não logrou êxito, quer seja pela ação das elites políticas, quer seja pelas peculiaridades inerentes à forja do Estado brasileiro, em se constituir em Estado burocrático em todas suas esferas (SCHWARTZMAN, 2007).

Diante deste contexto, o professor da educação básica enquanto agente estatal se constitui na mais emblemática figura projetada pelo mal engendrado Estado brasileiro. Apesar de na prática este profissional se constituir no principal agente por trás da grande máquina pública da educação formal, e como tal cumpre com todas as exigências inerentes ao cargo como especialização e admissão via “diplomas de exame”, se esbarra no fator “salário adequado ao nível social”.

Nesse sentido, o nosso advogado em favor de uma política pública efetiva de valorização salarial do professor da educação básica se justifica a partir do momento em que em um Estado caricato como o brasileiro, que apesar de mais de um século de existência republicana, não conseguiu ainda se configurar totalmente enquanto burocrático ou gerencial. Deste modo, faz-se necessário a partir da indiscutivelmente constatada opacidade social do professor em termos salariais, como aponta os estudos de Tartuce et al (2010), Alves & Pinto (2011) e Dolton et al (2013), uma intervenção direta e unilateral desse mesmo Estado que venha a corrigir e somar a este mesmo Estado brasileiro mais uma característica administrativamente burocrática em sua concepção ideal.

Aliás, já houve em outros tempos no Brasil a garantia de direitos à determinada classe por força da ação unilateral do Estado, como foi caso da consolidação das leis trabalhistas empreendidas pelo governo Vargas (SCHWARTZMAN, 2007). Em que pese os interesses escusos por trás desse tipo de ação, como a cooptação e controle da classe, nesse caso a classe operária, como postula o próprio autor, o nosso advogado vai além, no sentido de compreender que tal ação também possa representar um grande passo à emancipação social, como foi o próprio caso da classe operária brasileira.

Ademais, considerando outros fatores alienígenas e intervientes no contexto de gestação de uma política pública como postula Boneti (2006) ao atentar para o caráter globalizante da economia enquanto fator determinante na elaboração e aplicação das políticas públicas tem-se, contraditoriamente, um contexto favorável à redefinição da política salarial do professor Brasileiro fomentado por diferentes e contraditórios interesses.

Como postula Andreas Sleicher, apelidado pelo diário britânico The Guardian como “The OECD’s Pisa delivery man”:

“A capacidade dos países – tanto as economias mais avançadas do mundo, bem como aquelas que experimentam rápido

desenvolvimento – de competir na economia global do conhecimento depende cada vez mais da capacidade de atender a uma demanda crescente por mão de obra de alto nível [...] Face a este desafio, em todo o mundo – cita-se como exemplo países como o Canadá na América do Norte, a Finlândia na Europa e o Japão e a Coreia na Ásia - alguns sistemas de ensino tem demonstrado que a excelência na educação é uma meta alcançável, e a um custo razoável (Sleicher, 2007, p. 4, *tradução nossa*)⁸.

Corroborando Boneti (2006), é bem claro nos postulados da OECD ou de seus agentes, como é caso do Sr. Andreas Sleicher, que a aceção de qualidade da educação da entidade está indissociavelmente ligada à capacidade do respectivo sistema de ensino avaliar a capacidade de competir no mercado global do conhecimento, contudo, também é importante ressaltar que quando esta entidade fala em custo razoável tem-se imbricado salários adequados à categoria docente. Aliás, o salário do professor tem ganhado relevância nas orientações da OECD. Na súmula dos índices do PISA de 2012 (OECD, 2013) o texto postula que atração da profissão e retenção de bons profissionais, passa, necessariamente, pelo pagamento de bons salários.

Em que pese os interesses pretensamente mercadológicos por trás das orientações do PISA através do “PISA delivery man” no que diz respeito a concepção da mensuração da qualidade do sistema de ensino a partir da capacidade de competição desse mesmo sistema no mercado global do conhecimento, o que se pretende ressaltar é que há um cenário contextual que enseja a nossa defesa em torno de uma política pública de valorização salarial do professor brasileiro.

Atentando para este contexto descrito por Boneti (2006), resumidamente, tem-se no caso da questão salarial dos professores no Brasil uma conjugação de interesses sensivelmente heterogêneos, quando o assunto é melhoria remuneratória. Se de um lado temos interesses classistas, sumarizados no caso dos professores pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação – CNTE (VIEIRA, 2013), de outro temos interesses pretensamente mercadológicos, isto é, a interpretação da OECD que melhores salários implicam em uma inserção mais significativa do país no mercado global do conhecimento.

Antes de poder ser considerada como um fator negativo, tomamos a posição da OECD como importante e contribuinte no sentido de possibilitar, a partir de seu discurso, agregar mais atores e interesses ao contexto.

O que se pretendeu discutir até aqui é que se tem, no caso do Brasil, todo um contexto piramidal e que é teoricamente preconizado quando o assunto é políticas públicas. Na base tem-se uma luta histórica que forja a criação da lei do piso (VIEIRA, 2013) no meio temos um Estado que ainda buscar superar seu subdesenvolvimento e no topo a orientação direcionada de organismos internacionais, como é o caso da OECD.

⁸ Traduzido do inglês.

Valores reais e valores proclamados: a distância entre o real e o ideal no piso nacional do magistério da educação básica

O texto “valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras” de Anísio Teixeira sempre foi emblemático e atual quando o assunto é tratamento estatal da educação Brasileira. Para Teixeira, tinha-se, à sua época, no Brasil, uma prática muito viciante, quando a matéria era educação, de ser criar leis de pouca ou nenhuma efetividade.

Nesse sentido, em que pese o mérito da lei 11.738, o que se observa, é que a despeito da existencia de um marco regulatório que garanta um salário com valor mínimo fixado para o professor da educação básica no Brasil, o salário deste profissional ainda está longe de ser o mais atrativo, como demonstra a figura 4.

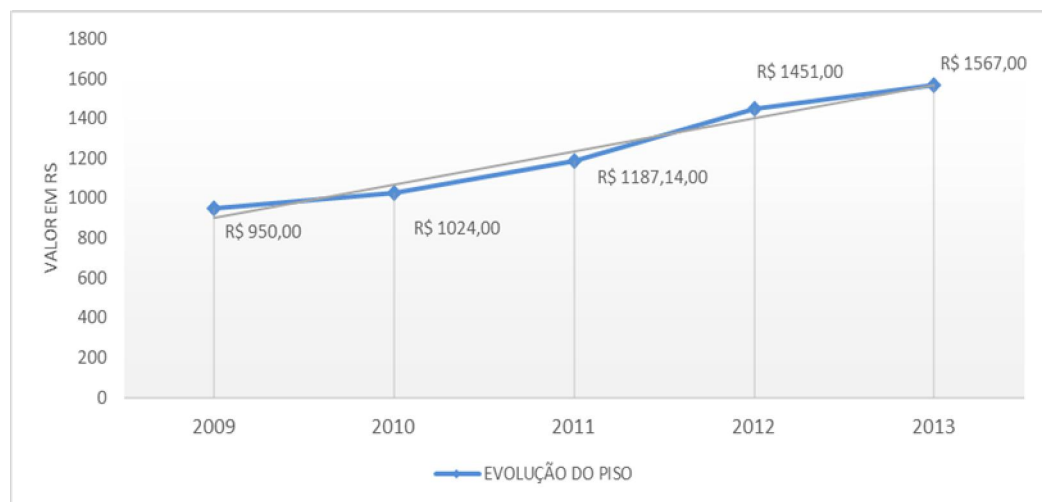


Figura 4: Evolução do piso nacional dos professores da educação básica. O reajuste anual do piso tem como parâmetro o percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

Fonte: Portal do Ministério da Educação – MEC (2013)

Para se ter uma ideia, levando-se em consideração que o professor é profissional com qualificação superior, como é o caso do médico ou do engenheiro, se compararmos o salário médio destes profissionais tendo como parâmetro o ranking dos salários da FGV obtemos uma visualização real da dimensão dessa discrepância, como demonstra a figura 5:

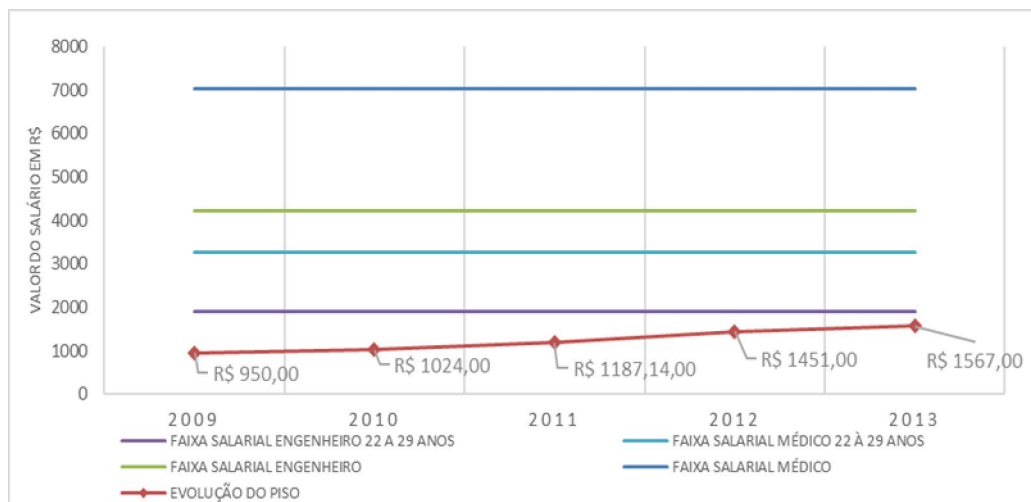


Figura 5: Evolução do piso salarial do magistério da educação básica e sua distância em relação ao salário médio de médicos e engenheiros entre a população geral e entre o estrato da população de 22 a 29 anos de idade.

Fonte: Ministério da Educação (2014), Ranking dos Salários FGV (2010).

Há de se ressaltar ainda, que essa discrepância fica mais acentuada quando observarmos que mesmo em 2013, o piso salarial dos professores ainda não conseguiu alcançar um valor equivalente – mesmo tendo como referência valores de 2008 no caso do salário de médicos e engenheiros – aos salários dos engenheiros, estando ainda mais longe dos salários dos médicos.

O que se pretende sinalizar a partir de tal, é que apesar do piso se constituir em um valor proclamado, instituído por força de lei, a sua efetividade em termos de valorização salarial da categoria docente fica ainda muito aquém da realidade salarial de outras profissões com visibilidade social, o que evidencia, em números e argumentos, a necessidade de uma intervenção direta por parte do Estado – maior empregador da classe docente no Brasil – no que diz respeito a valorização salarial do professorado brasileiro.

Breves considerações...

Como sinalizamos até aqui, embora haja fatores concorrentes quando se discute o cenário da profissão docente no Brasil, como a questão formativa e identitária, o fator salário e consequente prestígio social da profissão se constituem em temas prementes a partir do momento em que é incontestável o fato de que a edificação de produtivos sistemas de ensino começam pela seleção, retenção e consequente digna remuneração da classe.

Buscamos também atentar para o fato de que em face do protagonismo do Estado brasileiro na admissão da mão de obra docente, sua heterogeneidade administrativa e uma incontestável opacidade social do professor, seja em termos salariais seja em reconhecimento do papel social da profissão, uma valorização salarial efetiva só pode vir por meio da intervenção unilateral desse mesmo Estado, como fora o caso da instituição da lei do piso salarial.

Como buscamos discutir, não é simples coincidência o fato de que sistemas de ensino com alto desempenho em avaliações internacionais paguem consideravelmente melhor seus professores do que aqueles países com desempenho mediano ou inferior. Ademais, tentamos também discutir que embora seja extremamente difícil definir um parâmetro para o que venha a ser um bom professor, o salário é o começo de tudo.

Neste sentido, é importante lembrar no resenhar dessa discussão que existem exemplos mais que suficientes, que a boa qualidade de um sistema de ensino nada mais é do que um reflexo da qualidade de seus professores, e que a retenção de melhores e mais talentosos profissionais passa necessariamente pela atratividade da carreira.

Antes de ser uma suposição, por partir de um documento gestado em outro país, a partir de outra realidade, no caso do Brasil é facilmente possível constatar as consequências da baixa atratividade da carreira e o consequente baixo desempenho do sistema educacional brasileiro quando o mesmo é comparado à outros sistemas públicos de ensino. No recente relatório intitulado "The learning curve: lessons in country performance in education" (PEARSON, 2013) que comparou e avaliou o desempenho de 40 países em avaliações internacionais, o Brasil ocupa o penúltimo lugar, ficando apenas atrás da Indonésia. Em que pese os interesses e os parâmetros dessas pesquisas, podemos tomar os resultados como um reflexo da realidade do sistema educacional Brasileiro.

Nesse contexto, o que queremos sugerir é que o cenário de baixo prestígio social e atratividade da carreira docente no Brasil coloca o Estado brasileiro – maior empregador do professorado nacional – em uma encruzilhada. Enquanto economia de mercado assistimos nossa capacidade de competir no mercado global do conhecimento ficar cada vez mais comprometida pelo baixíssimo desempenho do nosso sistema público de ensino atestado em diferentes e heterogêneas conclusões. Enquanto professores, vislumbramos a possibilidade de uma ação unilateral do Estado, mesmo com interesses pretensamente mercadológicos, pode sinalizar a emancipação da social da classe, sempre lembrada pelos baixos salários e pelo pouco ou nenhum reconhecimento social.

Referências

- ALVES, T.; PINTO, J. M. R. Remuneração e trabalho docente no Brasil: um aporte. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.14, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.
- TEIXEIRA, A. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.37, n.86, abr./jun. 1962. p.59-79.
- AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
- BONETI, L.W. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- LAUANDE, M. F. R. F.; CASTRO, A. M. D. A. Formação de professores no contexto da reforma da educação. In: XXIII Simpósio Brasileiro De Política e Administração da Educação, Porto Alegre, 2007.
- DEFOURNY, V. Apresentação. In: professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009. p. 07-09.
- DOLTON, P.; MARCENARO-GUTIÉRREZ, O. D. If you pay peanuts you get monkeys? a cross-country analysis of teacher and pupil performance. Economic Policy. London, v.26, n.65, p.5-55.
- DOLTON, P. (coord.). International Teacher Social Index. London: Varkey Gems Foundation, 2013.

- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. The learning curve: lessons in country performance in education. London: Pearson Always Learning, 2013.
- FANFANI, E. T. La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Peru e Uruguay. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2006.
- FERNANDES, M. D. E.; GOUVÉIA, A. B.; BENINI, E. B. Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da relação anual de informações sociais (RAIS). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, abr./jun. 2012, p. 339-356.
- GATTI, B. A., BARRETTO, E.S.S. Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Brasília, DF: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa)
- GATTI, B. A. (coord.). A atratividade da carreira docente no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 2009. (Relatório de pesquisa).
- GATTI, B. A.; BARRETTO, E.S.S.; ANDRÉ, M. E. D. A. Políticas docentes no Brasil: um Estado da arte. Brasília, DF: UNESCO, 2011.
- LAPO, F.R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.118, p.65-88, março 2003.
- LEI 11.738 DE 16 DE JULHO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm acesso em 10/01/2014
- MCKINKEY & COMPANY. How the world best-performing school systems come out on top. Mckinkey & Company, s/l, 2013. (relatório)
- PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL – LEI 11.738 DE 16/07/2008 – PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Disponível em: http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12253&Itemid=382 acesso em 10/01/2014
- MIZALA, A.; ÑHOPO, H. Teachers' salaries in Latin America: How much are they (under or over) paid? Boon, Germany: Institute for The Study of Labor, 2011.
- MORICONI, G. M. Os professores públicos são mal remunerados nas escolas brasileiras? Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob o aspecto da remuneração. 86f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.
- NERI, M. C. (Coord.). Você no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NÓVOA, A. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. PISA 2012 Results in Focus: What 15-year-olds know and what they can do with what they know. S/L: OECD, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-overview.pdf> acesso em 15/12/2013
- SCHWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo brasileiro. 4.ed. Rio de Janeiro: Publit soluções editoriais, 2007.
- SLEICHER, A. Foreword. In: MCKINKEY & COMPANY. How the world best-performing school systems come out on top. Mckinkey & Company, s/l, 2013. (relatório)
- SOUZA, A. R.; GOUVÉIA, A. B. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais. Arquivos Analíticos de Política Educaional, v. 19, n.35, p. 1-22.
- SOUZA, A. R. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. Educar em Revista, Curitiba, n. 48, abr./jun. 2013 p. 53-74.
- TARTUCE, G. L.B.P.; NUNES, M. M. R.; ALMEIDA, P. C. A. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v.40, n. 140, p. 445-477. Maio/ago. 2010.
- THE ECONOMIST. The Big Mac Index 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/content/big-mac-index> Acesso em 12/12/2013.
- UNESCO. O Perfil Dos Professores Brasileiros: O Que Fazem, O Que Pensam, O Que Almejam. São Paulo: Moderna, 2004.
- VIEIRA, J. D. Piso salarial dos para os educadores brasileiros: quem toma partido? Campinas, SP: Autores associados, 2013.
- WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. São Paulo: Editora da UnB/Imprensa oficial, 2004.
- The Guardian. The OCED's Pisa Delivery Man. Disponível em: <http://www.theguardian.com/education/2013/nov/26/pisa-international-student-tests-oecd> Acesso em 12/12/2013

